

Patrões requerem intermediação

O Sindicato dos Estabelecimentos Particulares de Ensino de Brasília pedirá ao governador Joaquim Roriz uma mediação nas negociações com o Conselho de Educação do DF para resolver a questão da cobrança de mensalidades em OTN e da taxa de matrícula. Uma portaria do CEDF vetou, esta semana, a cobrança das duas práticas, mas Jaime Sveiter, presidente do sindicato, diz que solicitou a intermediação do GDF nas negociações com o conselho, antes de partir para uma interpelação judicial.

De acordo com Jaime Sveiter, não cabe ao Conselho de Educação dispor sobre a forma de cobrança de mensalidades, a legislação específica em relação ao assunto data de 1969 mas nunca foi cumprida. Ele salienta que "num País onde a inflação é galopante", não se pode deixar de praticar aumentos de mensalidades para repor as perdas. Sveiter afirma que todas as escolas estão trabalhando com cálculo de mensalidades através do binômio custos + 10 por cento.

O Sinep estranha a decisão do Conselho de Educa-

ção — condenar a cobrança de taxas em OTN — já que, segundo o presidente da entidade, no mesmo dia em que a decisão foi tomada o Governo anuncia a oteenzação de impostos. "Em que país será que o Conselho vive?", pergunta Sveiter, que promete recorrer à Justiça, caso a intervenção do Governo não surta efeito para provar a ilegalidade das medidas.

Dois membros efetivos no Conselho de Educação, representando os pais de alunos de escolas públicas e particulares. Este foi um dos pedidos feitos pela Associação de Pais de Alunos do DF durante as reuniões com o governador Joaquim Roriz. Luis Casimiro, presidente da entidade, informou também que foi solicitado ao GDF apoio para um projeto de implantação de uma escola comunitária através do processo de co-gestão.

Luis Casimiro e Omar Abud, presidente e vice da associação, solicitaram ao governador uma representação dos pais no Conselho de Educação, a exemplo do que já existe atualmente em relação aos donos de escola. Eles querem a parti-

cipação de um pai representando as escolas públicas e outro dos estabelecimentos particulares de ensino, todos dois escolhidos pela Associação de Pais de Alunos de Brasília. Atualmente os pais só têm um representante na Comissão de Encargos Educacionais.

Outro ponto tratado com o governador Joaquim Roriz foi o projeto de co-gestão de uma escola comunitária, mantida e construída pela população. Ao Governo caberia a cessão do terreno, de pessoal e a dotação de recursos para a edificação do prédio, através do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social do MEC. A idéia é construir pelo menos duas escolas piloto: uma no Plano Piloto e outra em alguma das satélites.

Luis Casimiro e a diretoria da associação solicitaram também que o GDF não ceda mais terrenos para construção de escolas particulares. A entidade pede que as áreas destinadas à implantação de estabelecimentos de ensino sejam reservadas para escolas públicas ou estabelecimentos que funcionem em regime comunitário.